

POR UMA “FILOSOFIA” DA PSICOLOGIA

Hilton Japiassu

A física começou com os físicos. A química, com os químicos. Mas a psicologia é muito anterior aos psicólogos. É tão antiga quanto a literatura. Todavia, ao recalcar as operações da escrita e o jogo dos significantes, a literatura parece ter assinado um contrato cultural estipulando que, na construção do pensamento, só se deve prestar homenagem à verossimilhança, que não é a verdade. A sociedade faz da verossimilhança um de seus atributos do “normal”. A literatura clássica jamais ousou transpor os limites da inverossimilhança e da loucura. O retorno histórico dessas duas categorias teve como conseqüências: de um lado, o estabelecimento dos limites e a tomada de consciência do fracasso da psicologia; do outro, a libertação da literatura de toda pretensão propriamente psicológica. Não foi à psicologia, mas à lingüística e à semiologia que se vinculou a literatura. O nome de Freud possui um valor inaugural !

A partir do momento em que a prática e a teoria literária se libertaram do personagem, desintegrou-se a psicologia. Ela perdeu sua unidade. Por falta de uma teoria integradora, desmembrou-se em várias práticas. Umhas se vincularam pura e simplesmente às ciências naturais, mais fortes e com uma metodologia capaz de proteger as disciplinas que tentavam escapar da tutela filosófica. Outras passaram a integrar o espaço epistemológico das ciências humanas, tentando elaborar uma metodologia mais ou menos própria e independente. Muitas, enfim, tiveram de optar por uma conversão em meras técnicas instrumentais de serviço social. Contudo, enquanto várias ciências humanas partiram decididamente em busca de uma lógica do significante, a

psicologia, pelas normas que recebeu ou que lhe foram impostas, viu-se destinada ou forçada, em sua prática técnico-social, à salvaguarda do pensamento domesticado. De tanto reduzir o homem a um objeto entre outros, converteu-se no que Foucault chama de “prática generalizada da perícia”, uma vez que levou por demais a sério a profecia de Nietzsche: “o homem é algo que deve ser superado”. Se ela superou o homem, ou se ingressou no domínio das ciências naturais, nada mais tem a dizer sobre a realidade viva de cada um de nós. Se o homem não estiver presente no ponto de partida, também não estará no ponto de chegada.

No entanto, assistimos hoje a uma espécie de “psicologização galopante”, na medida em que nossa cultura industrial delega à psicologia o poder de resolver tecnicamente boa parte dos conflitos gerados pela aceleração das mutações sociais. É em nome do conhecimento científico que ela se julga no direito de **explicar** os comportamentos humanos e de **propor soluções** de ordem ética, política, ideológica ou simplesmente “humanitária”, sem se dar conta de que, fazendo isso, converte-se em “comodidade teórica” para seus autores e em “comodidade prática” para sua clientela. Também é em nome das exigências de positividade que tenta construir todo o seu corpo teórico-explicativo do objeto humano, mas através, apenas, da idéia que gostaria de ter dele, pois renunciou aos seus apelos e às suas significações. Ao tentar escapar à ordem dos valores e das significações, por uma questão de rigor metodológico, o objeto da psicologia ingressa no domínio dos fatos. O equívoco olhar de Narciso, fascinado por sua própria beleza, estaria substituído por um olhar frio, objetivo, escrupuloso e calculista. A psicologia seria científica !

É nesta direção que o projeto científico arrasta o pensamento do homem sobre si mesmo. Uma noção como a de “corte epistemológico”, tornou-se o eixo sobre o qual deve desenvolver-se toda a metodologia que pretenda ser outra coisa que não mero devaneio ou simples mitologia sobre o saber. Ora, a instauração do projeto científico como um **saber**, não pode reduzir-se a um simples reconhecimento dos **dados**. Torna-se imprescindível uma decisão de ordem metodológica. Porque a idéia do conhecimento objetivo inclui o reconhecimento do caráter ilusório da experiência imediata e vivida. É superando-a que a ciência se afirma. Ela só existe a partir de uma ruptura semântica com a linguagem do sentido comum. O espírito científico só se constrói destruindo o espírito não-científico. Não há continuidade entre os sistemas de representação anteriores a uma ciência e essa ciência. A instauração de uma ciência é o resultado de um **corte** com os obstáculos epistemológicos:

sistemas de representação e ideologias anteriores à autodeterminação de uma ciência.

A exigência de cientificidade leva-nos a descartar o caráter cumulativo e contínuo do saber, bem como a fazer da idéia de progresso descontínuo a espinha dorsal da cientificidade. Sendo assim, esse progresso só pode ser pensado em termos de ruptura. O problema que se coloca é o de saber se a psicologia, pelo menos no nível de uma teoria englobante de seu objeto, satisfaz ao critério positivo de cientificidade. Relativamente às ideologias, será que ela satisfaz aos mesmos critérios que as ciências físicas? Estou convencido de que as teorias psicológicas mais globais possuem uma fraqueza epistemológica proporcional à força com que denunciam as ideologias que as espreitam. É duvidoso que as teorias psicológicas consigam aceder ao estatuto de cientificidade que as autorizaria a fazer uso, de modo peremptório, da noção de corte epistemológico para marcar ou demarcar suas fronteiras com toda e qualquer ideologia. Só podem ser considerados conhecimentos científicos os produtos intelectuais susceptíveis de, **ao mesmo tempo**, possibilitar uma explicação satisfatória de fenômenos até então ininteligíveis, e resistir às tentativas de falsificação sistemática e rigorosamente empreendidas. Esses dois critérios vão juntos. Uma teoria pode ser fortemente explicativa e fracamente apoiada em tentativas rigorosas de falsificação. Ora, é essa coincidência dos dois critérios que não aparece claramente nas teorias psicológicas globais: ou encontramos teorias unificadoras, muito embora não verificadas (no sentido popperiano de não-falsificação), ou então, teorias parciais bastante verificadas, mas que, por isso mesmo, renunciam a toda ambição integradora.

São partidários das teorias unificadoras, pouco exigentes em matéria de verificação e de falsificação, que denunciam com maior arrogância a ideologia de seus adversários. Antes de se constituir qualquer idéia de uma ciência da vida psíquica, já haviam sido realizadas mil observações extrínsecas ao empreendimento de elaboração da psicologia como ciência, que o saber filosófico organizado metodicamente, longe de infirmar, só veio confirmar. No domínio psicológico, talvez possa ser encontrado o eixo bachelardiano do corte epistemológico, mas em sua formulação nietzschiana. E, também aí, tudo o que é decisivo, só nasce **apesar de**. No domínio psicológico, a linguagem aparece de modo bastante instrutivo: o homem que introduziu com maior vigor e lucidez o corte epistemológico foi Freud. No entanto, também ele tomou como eixo fundamental de sua concepção do psiquismo, o complexo de Édipo. Com ousadia, vinculou expressamente seu princípio básico àquilo que lhe transmitiam

o discurso legendário, o discurso mítico e o discurso literário. Estranha metodologia essa, vindo proclamar alto e bom som, como uma de suas regras fundamentais que, “aquilo que permanece, são os poetas que o fundam” !

A psicologia, ao tornar-se científica, tenta libertar-se da herança literária e filosófica. Parece ter conseguido seu intento, tão escudada parece estar na proteção segura que lhe empresta a metodologia das ciências naturais. No entanto, a psicanálise não achou que tal herança pudesse constituir um terrível e temível obstáculo epistemológico à constituição de uma teoria científica do psiquismo. Enquanto muitos psicólogos pensam que sua disciplina, para tornar-se científica, deva abandonar a área das ciências humanas e converter-se num anexo das disciplinas naturais, J. Lacan vem-nos lembrar que o próprio Freud designou, como lugar ideal, para se institucionalizar a formação dos psicanalistas, a **universitas litterarum** !

Evidentemente, não temos o direito de identificar pura e simplesmente psicologia e psicanálise. A psicologia introduz uma **teoria do indivíduo**. Por sua vez, a psicanálise introduz uma **teoria do sujeito**. Na prática, porém, o que é por vezes assustador é que a teoria psicológica venha, progressivamente, convertendo-se num aglomerado de **técnicas** susceptíveis de, no plano teórico, **situar** os indivíduos numa coletividade graças a um conjunto de **normas** tendo por objetivo: intergrá-los, quando se “desviam”, excluí-los, quando julgados “anormais”, selecioná-los, quando considerados “aptos”. Portanto, mesmo que se defina como “teoria geral da conduta” ou do “comportamento” humano, não vemos como a psicologia possa escapar ao perigo de submeter-se docilmente aos ditames da ideologia dominante, uma vez que não toma por objeto o homem, mas o indivíduo no seio de uma sociedade regulada e reguladora. Talvez seja por ter-se deixado reduzir a uma técnica de integração, de reintegração ou de pseudocrítica social, tendo-lhe sido amputada toda dimensão propriamente científica, quer dizer, de ordem teórica, que Lacan fala, a seu respeito, de um verdadeiro **apelo** da servidão.

Donde o embaraço, para a psicologia, de **definir-se**. No dizer de Canguilhem (cf. minha **Introdução à Epistemologia da Psicologia**, Imago, pág. 11), a “questão de sua essência ou, mais modestamente, de seu conceito, coloca em questão a própria existência do psicólogo”, na medida em que, não sabendo responder exatamente **quem ele é**, torna-se extremamente difícil justificar **aquilo que ele faz**. É por isso que vai buscar, numa “eficácia discutível, a justificação de sua importância de especialista”. E essa eficácia continuará sendo discutível enquanto o psicólogo, na busca de um estatuto de cientificidade para sua

disciplina, não ultrapassar certo “empirismo compósito, literalmente codificado para fins de ensino”. A conclusão de Canguilhem é a de que compete ao filósofo colocar à psicologia a seguinte questão: “diga-me para onde tendes, para que eu saiba o que tu és. Mas o filósofo pode ainda dirigir-se ao psicólogo sob a forma — uma vez não cria hábito — de um conselho de orientação: quando deixamos a Sorbonne pela Rua Saint-Jacques, podemos subir ou descer; se subimos, aproximamo-nos do Panthéon, que é o Conservatório de alguns homens ilustres; se descemos, porém, dirigimo-nos seguramente para o Quartel de Polfícia”.

Não resta dúvida que, para definir-se, a psicologia precisa ao mesmo tempo de um **método** (protocolo de operações) e de um **objeto** apresentando propriedades susceptíveis de se ajustarem a um tratamento científico. Todavia, ao empregar o método científico para analisar, de modo seletivo e elaborador, o estudo das condutas humanas ou animais, a psicologia já pressupõe certa preferência exclusiva por determinado modo de **pensar o homem** — como um conjunto de propriedades operacionais — ou por determinado tipo de filosofia parcial ou total, implícita ou explícita do homem. Sem dúvida, seu campo de aplicação é o do trabalho científico. Em si mesma, ela não se especifica por ser uma filosofia do homem-instrumento. No entanto, pode colocar à disposição de certos homens conhecimentos sobre os indivíduos. De fato, fornece subsídios e informações aos que detêm o **poder** de fazerem desses conhecimentos aquilo que **querem** com aquilo que **sabem**. Assim, das descrições estatísticas (experimentações truncadas) de Kinsey, podem ser retirados, em função das mais variadas e contraditórias opções pessoais: a) argumentos contra um “direito sexual” inaplicado; b) argumentos para se fundar uma repressão mais eficaz; c) argumentos alentadores para os que se afastam das normas vigentes; d) argumentos aterradores ou edificantes sobre a natureza humana etc.

Hoje em dia, talvez possamos situar o espaço do psicólogo entre o hospital e a usina. É no interior desse espaço que ele funciona, muito embora se veja impossibilitado de controlá-lo por seu próprio discurso. E se não domina seu espaço, é porque sua disciplina ainda não atingiu a necessária maturidade científica, tendo que contentar-se com um estado de relativa dependência. O pior é que ela se recusa a produzir algo como a teoria de sua tutela. Dessa forma, o objetivo que ela persegue ainda reflete a imagem do estatuto que recebe ou que lhe é imposto. Ao deixar-se integrar no mundo instrumental da produção industrial, colabora eficazmente para a integração do conjunto dos indivíduos, neste sonho buscado de um reino dos **meios**. A

racionalidade dos meios relega ao ostracismo a racionalidade dos fins ou, então, entrega-a às "escatologias" filosóficas.

O que podemos perguntar a nós mesmos é se o tipo de psicologia biológica do comportamento, ainda bastante ensinada nas universidades, não perdeu muito de sua envergadura científica, na medida em que constituiu, atualmente, um domínio de estudo privilegiado dos "práticos profissionais", à cata de "leis" de adaptação. Essa adaptação converte o psicólogo num psicotécnico; e, o psicotécnico, num psicotecnista com mentalidade de utilizador. Daí nossa perplexidade diante da psicologia, que corre o sério risco de ser concebida a partir do modo como pode ser utilizada. Em nossos dias, ela se nos apresenta desempenhando uma tríplice função: a) de **prática técnica**: transformação da matéria-prima psicológica, extraída de uma "natureza" humana desumanizada, em produtos técnicos de adaptação e de manipulação, b) de **prática social**: conjunto mais ou menos complexo, organizado e sistematizado das práticas técnicas, em condições de interdeterminações, e no interior do contexto sócio-histórico-social; c) de **prática teórica**: transformação dos produtos psicológicos ideologizados em conhecimento verdadeiramente científico, mediante o trabalho da crítica histórica e conceitual visando à instauração de uma "ruptura epistemológica" com as aderências ideológicas ou valorativas que se incrustam no processo de elaboração de uma ciência humana, mais que de uma disciplina "natural".

A nosso ver, a psicologia que merece um questionamento mais filosófico — através de sua vertente epistemológica —, é a que desempenha as duas primeiras funções. Porque, na verdade, trata-se de uma psicologia que se baseia numa concepção "filosófica" inconsciente de cunho nitidamente "utilitarista" (utilidade para o homem), ou numa visão demasiado "psicotecnista" (utilidade do homem). Essa psicologia exerce uma função predominantemente adaptativa, seja porque favorece o adaptado, sem levar em conta as condições que lhe são extrínsecas, seja porque o desfavorece, na medida em que o "ajusta" a fins que lhe são alheios. Donde a pertinência de nossa questão: até que ponto muitos profissionais reduzem a psicologia a mera prática técnica tendo por função implícita "servilizar" os indivíduos? E isso se torna tanto mais angustiante quanto mais as pressões ou imperativos do mercado fazem apelo a um tipo de "racionalidade" e de "produtividade" impondo normas latentes ou explícitas aos processos psicológicos de seleção, recrutamento, orientação e formação de pessoal.

Portanto, o problema que se coloca, não é somente o da natureza mas também o do grau de vinculação existentes entre a técnica psicológica (sua operacionalidade, sua eficácia, sua orientação na prática social), a ciência psicológica (seu corpo teórico, sua coerência interna, seu nível e validade) e uma “filosofia” da psicologia (seus suportes ou pressupostos extracientíficos, quer implícitos quer explícitos). Evidentemente, não afirmamos a existência de um vínculo lógico entre, de um lado, o domínio e os métodos da psicologia, e, do outro, uma filosofia do homem-instrumento. Ele pode ser estatisticamente predominante ou historicamente presente, muito embora não seja necessário ou definitivo. O que importa ressaltar é que, de uma forma ou de outra, o psicólogo aceita o postulado do homem como ser descritível. E o que afirmamos é que tal postulado já é de ordem filosófica. No entanto, não cremos seja possível nem tampouco desejável, fundar a psicologia sobre uma filosofia sistemática. E isto, porque não acreditamos possa ser considerada como “filosófica” toda e qualquer construção, mesmo sistemática, culminando nesta ou naquela forma de segregação humana. Por outro lado, não vemos como uma psicologia destinada ou utilizada para “servilizar” possa, sem relegar a segundo plano seu caráter de eficiência, salvaguardar seu rigor científico. Até que ponto o aparato teórico-metodológico empregado pelos psicólogos permite-lhes escapar às determinações hierarquizadas que sobre eles se exercem? Isto se torna tanto mais inquietante, quanto mais suas atitudes tentarem desenvolver uma ciência capaz de efetivamente contribuir para a consecução desse desideratum: o conhecimento do homem real, na totalidade de suas significações. Neste sentido, apesar das inúmeras resistências, Freud soube propor uma teoria científica capaz de permitir ao sujeito saber quem ele é, em sua verdade pessoal, independentemente das respostas já dadas pela sociedade de seu tempo.

Os psicólogos não são os únicos profissionais a trabalharem para quem lhes paga. E, pagam-lhes, aqueles para os quais eles servem. Neste sentido, seu trabalho é controlado, na medida em que obedece a ditames não-científicos, muito embora, do ponto de vista metodológico, continuem submetendo-se apenas aos controles das exigências propriamente científicas. Há um ditado que diz: o dinheiro não tem odor. Poderíamos também afirmar. o saber não tem cheiro. Por mais mercenário, mercantilista ou policialesco que possa ser, podem sempre ser-lhes atribuídos os mais variados e contraditórios sentidos. E como um dos papéis fundamentais da filosofia consiste precisamente em revelar o sentido, não somente na ordem da existência, mas na ordem do saber, mormente na do conhecimento científico, pela explicitação de seus

valores latentes, para além de seus resultados objetivos, talvez os psicólogos jamais devessem renunciar a uma boa dose de filosofia, pois esta, certamente, os ajudaria a conceberem sua disciplina como uma ciência realmente capaz de colaborar num projeto literário de, pelo menos, “**desvelar o sentido da palavra humana**”.

Nem só de saber vive o homem. O que lhe importa é o sentido desse saber. Evidentemente, o homem busca, pelo conhecimento, uma espécie de segurança, pela redução dos obstáculos às suas dúvidas e inquietações. Isto se faz mediante a construção de teorias de assimilação. Neste sentido, o conhecimento é um método capaz de resolver direta ou indiretamente as tensões entre o homem e o seu meio. Contudo, se o definimos dessa forma, seu **sentido** será descoberto em seu **fim** que é o de possibilitar ao homem um novo equilíbrio com o mundo que o cerca. Ora, aquilo que o homem procura, seja porque o perdeu, seja porque acredita que outros o possuem, é a **significação real** de sua vida humana, imersa na tensão entre **exigências** e **realidades**. A religião e a arte apontam essa experiência de unidade. O conhecimento psicológico, por sua vez, enquanto não se reconhecer como **parte** e **instrumento**, e não como **juiz** e **mandamento**, afasta o homem da experiência de sua unidade. Porque ele só pode aplicar-se ao homem, reconhecendo a originalidade do homem. Qualquer pensamento ou teoria sobre o ser humano deve-se fazer a partir de uma idéia que se tem a seu respeito. Não acreditamos que, para fazer matemática, precisemos ser anjos. Mas também não cremos que, para fazer psicologia, mesmo com o auxílio da inteligência, tenhamos necessidade de imbecilizar-nos.

(*) O presente artigo foi retomado pelo autor, com ligeiras modificações, como prefácio à segunda edição de sua **Introdução à Epistemologia da Psicologia**, Imago, Rio, 1976.